

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA
SISTEMA DE INFORMAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA
OBSERVATÓRIO DO MUNDO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Projeto de Estudo/Pesquisa para a Inserção dos Institutos
Federais no Desenvolvimento Regional/Local

GRUPO DE PESQUISA DO OBSERVATÓRIO NACIONAL DA EPT

SETEMBRO DE 2009.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Observatório do Mundo do Trabalho e da Educação Profissional e Tecnológica

Equipe de pesquisadores:

Walmir Barbosa
Pesquisador – IFGOIÁS *Campus* Goiânia

Jakeline Cerqueira de Moraes
Aluna Bolsista – IFGOIÁS *Campus* Goiânia

Maxmillian Lopes da Silva
Aluno Bolsista – IFGOIÁS *Campus* Goiânia

Inez Ibargyen
Pesquisadora – IFCE *Campus* Fortaleza

Marcela Mozinho
Aluno Bolsista – IFCE *Campus* Fortaleza

Edward Pascoal
Pesquisador – IFPA *Campus* Belém

João Vitor
Aluna Bolsista – IFPA *Campus* Belém

Sumário

1. Apresentação	5
2. Justificativa	7
3. Objetivos	10
3.1. Objetivos Gerais	10
3.2. Objetivos Específicos	10
4. Metodologia	12
4.1. Consulta à Sociedade.....	12
4.2. Procedimentos Metodológicos	13
4.3. Fontes de Pesquisa.....	16
4.3.1. Pesquisa em Documentos Institucionais.....	16
4.3.2. Pesquisa em Banco de Dados	16
4.3.3. Condução de Observações de Campo	17
4.3.4. Condução de Entrevistas e Aplicação de Questionários.....	17
5. Estruturação do Planejamento de Inserção dos Institutos Federais no Desenvolvimento Regional/Local	18
5.1. Características Geográficas e o Processo Histórico da Região e da Unidade da Federação.....	18
5.1.1. Região e Unidade da Federação e seus Ecossistemas	18
5.1.2. Dados Históricos da Região e da Unidade da Federação	19
5.1.2.1. A Região.....	19
5.1.2.2. A Unidade da Federação.....	19
5.2. Aspectos Dinâmicos da Atual Economia da Região e da Unidade da Federação	19
5.2.1. Agroindústria.....	20
5.2.2. Mineração	20
5.3. Caracterização Panorâmica da Unidade da Federação por Mesorregiões	20
5.3.1. Aspectos Regionais	20
5.3.2. Aspectos Demográficos.....	20
5.3.3. Aspectos Sociais.....	20
5.3.4. Aspectos Econômicos.....	21
5.3.4.1. Levantamento dos aglomerados econômicos	21
5.3.4.2. Evolução do Emprego nos Grandes Setores de Atividade Econômica nas Mesorregiões da Unidade da Federação.....	21
5.3.4.3. Grau de Escolaridade dos Trabalhadores Sob Contrato Formal de Trabalho nas Mesorregiões da Unidade da Federação.....	22
5.3.4.4. Faixa Salarial dos Trabalhadores Sob Contrato Formal de Trabalho, nas Mesorregiões da Unidade da Federação.....	22
5.4. Potencialidades/Vocações e Estrangulamentos/Problemas da Região e da Unidade da Federação.....	22
5.4.1. As Principais Potencialidades/Vocações	22
5.4.1.1. Recursos Naturais e Biodiversidade	23
5.4.1.2. Recursos Hídricos.....	23
5.4.2. Os Principais Estrangulamentos/Problemas Centrais.....	23
5.4.2.1. Vulnerabilidade da Economia	23
5.4.2.2. Limitado Resultado Social do Dinamismo da Economia	23
5.4.2.3. Deficiência na Qualificação da Mão-de-obra	23
5.4.2.4. Degradação dos Ecossistemas	24
5.4.2.5. Baixa Diversificação Produtiva e Adensamento das Cadeias Produtivas	24
5.4.2.6. Desigualdade Sócio-Econômica Intra-Regional.....	24
5.5. Identificação das Oportunidades e das Ameaças em Relação ao Desenvolvimento da Região e da Unidade da Federação.....	24
5.5.1. Oportunidades.....	24
5.5.1.1. Integração físico-territorial e logística da região	24

5.5.1.2. Expansão regional, nacional e internacional de alimentos	24
5.5.2. Ameaças	25
5.5.2.1. Ineficácia do controle e gestão ambiental.....	25
5.5.2.2. Avanço atividade “econômica monocultora”	25
5.6. Levantamento dos Programas/Projetos e suas Respectivas Fontes de Financiamentos	26
6. Instituto Federal e Planejamento Estratégico para a Inserção no Desenvolvimento Regional/Local no Município e sua Região de Influência Imediata	27
6.1. Caracterização do Município e da sua Região de Influência Imediata.....	27
6.1.1. Aspectos Naturais.....	27
6.1.2. Aspectos Demográficos.....	27
6.1.3. Aspectos Econômicos.....	27
6.1.4. Aspectos Sócio-Culturais	27
6.1.4.1. Aspectos Educacionais	27
6.1.4.2. Aspectos Sociais.....	28
6.2. Identificação da Matriz de Potencialidades, Limitações e Problemas.....	28
6.3. Identificação de Problemas Centrais	28
6.4. Identificação dos Objetivos Centrais da Instituição	28
6.5. Estabelecimento de Estratégias, Ações, Instituições e Atores Sociais Envolvidos	29
6.6. Conclusão: Desafios e Encaminhamentos	29
7. Fontes de Pesquisa	30

1. Apresentação

Com os advenços do controle da inflação e da estabilização monetária nos anos 1990, bem como com a retomada do crescimento econômico a partir de 2005, tem-se revalorizado a construção de políticas públicas de médio e de longo prazo. No âmbito das mesmas tem assumido relevância a construção de políticas públicas como políticas de Estado, isto é, que não se encontram sujeitas à sazonalidade de governos e que envolvem as diversas áreas que compõem os governos nos níveis municipal, estadual e federal.

Dentre as políticas públicas de Estado tem se destacado aquelas que se referem ao desenvolvimento regional. Embora nos anos 1950 e 1960 a questão do desenvolvimento tenha recebido grande atenção sob a influência da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe) e da teoria político-econômica desenvolvimentista, ela foi perdendo influência com as crises econômicas dos anos 1980 e 1990 e a conseqüente predominância de políticas de curto prazo.

Atualmente, a necessidade de abordagens multidisciplinares para a identificação de aspectos como potencialidades/vocações¹ e estrangulamentos/problemas regionais e locais, bem como demandas por ações para as quais convergem aspectos econômicos, sociais, educacionais e ambientais, tendo em vista atuar sobre estes aspectos, impôs uma realidade demasiadamente complexa e carente de respostas. Como conseqüência, diversos ministérios e organizações subordinadas aos governos federal, estaduais e municipais tem se envolvido com a questão do desenvolvimento (e planejamento) regional/local.

O Projeto de Estudo/Pesquisa para a Inserção dos Institutos Federais no Desenvolvimento Regional/Local procura propor e desenvolver uma metodologia capaz de orientar e organizar as iniciativas e ações das instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, tendo em vista inseri-las no desenvolvimento regional/local. A perspectiva é que esta metodologia se constitua, de fato, em uma referência para os estudos/pesquisas voltados para a inserção dos institutos federais na sociedade regional/local, contribuindo para o desenvolvimento da mesma.

¹ As potencialidades/vocações identificam e expressam, no universo das características intrínsecas de uma determinada territorialidade, aquelas características que se constituem diferenciais ou vantagens competitivas no contexto regional, nacional e mundial. As potencialidades/vocações, quando adequadamente exploradas, proporcionam as condições para o desenvolvimento regional sobre bases sustentáveis.

A elaboração do Projeto de Estudo/Pesquisa para a Inserção dos Institutos Federais no Desenvolvimento Regional/Local envolve, além do Observatório do Mundo do Trabalho e da EPT, reflexões e demandas formuladas por reitores, pro-reitores, diretores dos *campi*, chefes de departamento e coordenadores e coordenações de curso e de área. O método e processo participativo que redundou no Projeto devem ser confirmados na implementação do mesmo. Do contrário, o Projeto se reduzirá a um mero documento institucional que apenas evidencia um compromisso social formal dos institutos federais para com a sociedade regional e suas comunidades locais.

Portanto, o Projeto de Estudo/Pesquisa para a Inserção dos Institutos Federais no Desenvolvimento Regional/Local pretende ser concebido como uma referência estratégica para a atuação dos institutos federais e dos atores sociais no contexto de influência dos referidos institutos, tendo em vista a integração efetiva e criativa dos mesmos na sociedade regional/local na qual ele se insere.

A efetivação do Projeto de Estudo/Pesquisa Inserção dos Institutos Federais no Desenvolvimento Regional/Local, com a consequente proposição, teste e amadurecimento da metodologia, depende da sua capacidade de prospectar, refletir e materializar ações voltadas para suprir demandas da sociedade e dos setores produtivos em uma perspectiva de curto, médio e longo prazo, mediante convergências entre a Instituição e os atores sociais envolvidos, a partir das prioridades regionais/locais.

2. Justificativa

Durante o século XX, diversas nações cresceram, se desenvolveram e se enriqueceram no sentido econômico, gerando progresso material, com a consequente elevação da sua capacidade de produção e de consumo. Outras permaneceram periféricas a estas conquistas.

Rivero (apud BIRKNER, 2008) afirma que o mito do desenvolvimento gerou expectativas sem correspondência com a sua desencantada lógica cumulativa e concêntrica do capitalismo, bem como desconsiderando os limites ecológicos do planeta, seja pela referida lógica, seja pela miopia de estadistas, de consultores econômicos, entre outros. De todo modo, o modelo provocou o empobrecimento das sociedades economicamente periféricas e o enriquecimento das sociedades economicamente centrais.

Para muitos não existem recursos materiais, nem humanos ou tecnológicos capazes de viabilizar concretamente o que o imaginário do desenvolvimento pré-configura, ainda mais se o queremos com equidade e justiça. O desenvolvimento seria intrinsecamente elitista, pois somente poucos povos poderiam realizá-lo. (LISBOA, 1993).

A polêmica acerca do desenvolvimento é grande, como então promovê-lo em um sistema capitalista e sob a responsabilidade da sustentabilidade social e ambiental, entendida como um crescimento que sustente o bem-estar do homem e que preserve os recursos naturais. A resposta pode estar na regionalização, promovendo mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, nas estruturas produtivas locais e nas instituições a partir da transformação dos atores locais em protagonistas do seu próprio desenvolvimento. (OLIVEIRA, 2004).

As transformações que tem permeado a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica expressam, em grande medida, esta perspectiva de desenvolvimento, posto que refletem cumplicidade e engajamento regional para com os atores sociais regionais/locais.

A recente transformação das escolas técnicas federais em centros federais de educação tecnológica não levou a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica a assumir um papel social mais amplo, que ultrapassasse a formação educacional e tecnológica estrita voltada para atender as demandas da sociedade e do mercado.

Aquelas “novas instituições” ainda refletiam, em grande medida, um papel formador estrito e distante dos contextos em que se inseriam.

No processo que redundou na recente transformação dos centros federais de educação tecnológica em institutos federais de educação, ciência e tecnologia foram ampliadas as atribuições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Atribuições como desenvolvimento e inovação, atividades de extensão e cumplicidade com o desenvolvimento regional, passaram a assumir centralidade no que tange à atuação institucional.

A Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, institucionalizou o compromisso de os institutos federais atuarem/se inserirem em seus contextos regionais. Os incisos I e II do art. 6º, seção II, versam que a oferta e o desenvolvimento da educação profissional e tecnológica devem ter vistas “na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional”. E, ainda, no inciso IV do mesmo artigo afirma que os Institutos Federais têm por finalidade e característica “orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais”.

Portanto, assumiu destaque neste processo o papel que os institutos federais de educação, ciência e tecnologia devem assumir no contexto regional em que se inserem. Contextos que se materializam por meio de diversos níveis de territorialidades como municipal, microrregional, mesorregional, estadual e regional.

Em face desta realidade ocupa grande importância e necessidade o desenvolvimento de uma metodologia que possa contribuir com a intervenção planejada das instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no desenvolvimento regional. Por meio da adoção de metodologia de estudo/pesquisa voltada para esta intervenção planejada, buscar-se-á identificar aspectos como as potencialidades/vocações e os estrangulamentos/problemas econômicos e ambientais e as demandas sociais, econômicas e educacionais, associadas às localizações geográficas dos municípios onde se encontram implantados os *campi* dos institutos federais e dos municípios que fazem parte da região de influência dos referidos municípios. Buscar-se-á, ainda, identificar instituições e programas de fomento e apoio que possam ser mobilizados, tendo em vista a promoção de iniciativas como arranjos locais e desenvolvimento e inovação.

A elaboração do Projeto de Estudos/Pesquisa para a Inserção dos Institutos Federais no Desenvolvimento Regional/Local adotou como referencial o conceito de desenvolvimento regional sustentável, entendido como o processo de intervenção e mudança que articula o aumento da competitividade da economia regional/local, a inclusão social, a elevação da qualidade de vida da população, a preservação das identidades culturais das comunidades e a preservação ambiental. Compreende-se que as prioridades de desenvolvimento devem ser capazes de articular positivamente e viabilizar avanços em cada uma destas dimensões, atenuando conflitos e tensões entre a economia, a sociedade e o meio ambiente.

Compreende-se a implementação do Projeto de Estudos/Pesquisa para a Inserção dos Institutos Federais no Desenvolvimento Regional/Local como a própria construção de planejamento mais geral que orientará o instituto federal na sua inserção no desenvolvimento regional/local, tendo em vista a tomada de decisões acerca das ações voltadas para promover o futuro desejado no plano regional/local. É um processo organizado de estudos e pesquisas, resultado de uma investigação e reflexão estruturada com base em procedimentos científicos e em mediações políticas que envolvem os diversos atores sociais e outras esferas públicas, de modo a analisar e interpretar o processo de desenvolvimento histórico e recente regional/local, as perspectivas e impactos esperados em termos dos cenários futuros e as ações apontadas como escolhas pactuadas entre os institutos, os atores sociais e as instituições públicas das esferas federal, estadual e municipal.

O planejamento articula e negocia interesses diferenciados da sociedade e promove escolhas coletivas que refletem conflitos e convergências entre os diversos atores sociais. Ao mesmo tempo em que realiza escolhas, ele também define caminhos e iniciativas para o alcance dos objetivos e metas estabelecidas. Todavia, há que se compreender bem claramente as possibilidades e os limites do planejamento, visto que ele demandará a concepção de políticas e de planos voltados para a materialização das ações apontadas. Realidade esta que implicará na mobilização das instâncias competentes dos institutos federais no processo de implementação das ações apontadas.

Por fim, todo o processo deve ser concebido de forma realmente participativa, tendo em vista discussões, negociações e estabelecimento das ações em torno dos grandes desafios e prioridades que concretamente se apresentam para o desenvolvimento regional/local.

3. Objetivos

3.1. Objetivos Gerais

- Proporcionar uma metodologia de referência para o planejamento da inserção dos institutos federais no desenvolvimento regional/local;
- Proporcionar parâmetros e referências concretas, a partir de uma dada experiência de implementação da referida metodologia, para o planejamento da inserção dos institutos federais no desenvolvimento regional/local;

3.2. Objetivos Específicos

- Realizar o levantamento histórico-geográfico dos ciclos de ocupação e expansão e das transformações sociais e econômicas recentes da região e da unidade da federação em que se fazem presentes os institutos federais;
- Identificar as potencialidades/vocações e os estrangulamentos/problemas existentes, emergentes e potenciais nos planos regional, estadual e municipal, mas também podendo se estender para os planos mesorregional e microrregional, segundo o contexto específico de cada instituto federal e dos seus *campi*, bem como identificar as instâncias da instituição com a responsabilidade de atuação sobre os mesmos;
- Adequar a oferta de modalidades e de cursos da educação profissional e tecnológica nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- Prospectar os arranjos (produtivos, sociais e culturais) locais, estabelecidos e potenciais, presentes no município, microrregiões e mesorregiões em que os institutos federais se fazem presentes por meio dos seus *campi*, bem como identificar as instâncias da instituição com a responsabilidade de atuação sobre os mesmos e mediar as relações iniciais entre os referidos arranjos e as referidas instâncias;
- Prospectar cenários futuros em termos de oportunidades e de ameaças, nos planos ambiental, social, econômico e sócio-cultural, em nível do município

e sua região de influência, da microrregião e da mesorregião, cuja seleção da(s) delimitação(ões) territorial(is) atende às especificidades do contexto do instituto federal; e realizar indicações de cenários regionais e locais futuros e de atuações possíveis dos institutos federais.

- Identificar os vetores estratégicos de desenvolvimento regional/local - a exemplo de controle, gestão e recuperação ambiental, melhoria da educação, desenvolvimento e inovação tecnológica, ampliação de infraestrutura social e urbana, ampliação de infraestrutura econômica e logística e adensamento de cadeias produtivas - que as políticas de Estado estabelecem para a região e o seu prolongamento para os municípios, microrregiões e mesorregiões da unidade da federação selecionadas para a atuação dos institutos federais, bem como as linhas de atuação possíveis dos institutos federais no referidos vetores no âmbito das territorialidades definidas.
- Realizar o levantamento dos programas e projetos públicos voltados para a intervenção nos vetores estratégicos de desenvolvimento em nível das territorialidades definidas, bem como dos seus respectivos fundos de financiamento.

4. Metodologia

A metodologia de estudo/pesquisa do Projeto Estudo/Pesquisa lança mão dos conceitos de desenvolvimento e de planejamento regional participativo retro apresentado. Ao adotar o conceito desenvolvimento regional/local sustentável, a metodologia procura articular as múltiplas dimensões que envolvem o conceito, especialmente a econômica, a social e a ambiental. A perspectiva de desenvolvimento regional/local sustentável induz, por outro lado, a adoção do princípio do planejamento estratégico², com visão de longo prazo e preocupação central nos fatores estruturais da realidade e, como consequência, estabelecendo medidas e ações capazes de concorrer para a reorganização das estruturas econômica, social e ambiental.

Por fim, a metodologia definiu uma sistemática de participação e envolvimento da sociedade regional no diagnóstico e na análise da situação e, principalmente, no levantamento e prioridades de intervenção referentes aos vetores estratégicos estabelecidos pelas políticas de Estado para a região, bem como de outros vetores apontados nos Estudos/Pesquisas, seja pelos estudos Técnicos preliminares, seja pelas audiências públicas realizadas junto à sociedade regional. O processo de trabalho procura articular, portanto, levantamento e análise regional/local e consulta e discussão com a sociedade referente às prioridades, de modo a complementar o vasto conhecimento já existente sobre a região, o estado e a microrregião com a percepção da sociedade sobre a realidade regional e o futuro desejado para a mesma.

4.1. Consulta à Sociedade

Serão utilizadas três técnicas distintas e complementares de envolvimento dos diversos segmentos, entidades, lideranças, especialistas e formadores de opinião da sociedade regional, entidades, lideranças, especialistas e formadores de opinião:

- a) Entrevistas com gestores, empresários, representantes do mundo do trabalho e de ONG's da Região, tendo em vista compreender os limites e possibilidades de desenvolvimento regional/local na territorialidade concreta em que o mesmo se desenvolve;

² Faz-se necessário incentivar núcleos de *práxis* sociais positivas em que a sociedade como um todo participe ativamente de projetos que solucionem problemas de cunho sócio-ambientais.

- b) Oficinas de trabalho com a participação de grupos e segmentos organizados da sociedade para a identificação das suas demandas e necessidades;
- c) Audiência pública tendo em vista apresentar as convergências e estabelecer compromissos.

4.2. Procedimentos Metodológicos

a. Diagnóstico

A fase de diagnósticos envolve a pesquisa de dados secundários e primários³ e a posterior análise dos dados obtidos de forma que estes permitam a formação de uma base para as demais etapas do projeto. Os dados a serem obtidos são de diversos temas e fontes, como a formação histórica da região, a sua localização espacial e geográfica, os recursos ambientais e naturais disponíveis, os recursos econômicos existentes e as organizações sociais locais estabelecidas, os dados sobre a demografia, o mercado de trabalho e a renda, os dados sobre questões sanitárias e ligadas à qualidade de vida da população, os dados sobre a infraestrutura antrópica local e os dados culturais e sociais pertinentes. Nesta fase é montada uma matriz preliminar de potencialidades/vocações, estrangulamentos e problemas por meio da análise dos dados obtidos no diagnóstico. Esta etapa do trabalho é de responsabilidade do Observatório do Mundo do Trabalho e da EPT, ou de instância institucional do instituto federal com esta incumbência.

Pode-se utilizar as coordenações de geoprocessamento com o objetivo de gerar produtos cartográficos e análises georeferenciadas das territorialidades estudadas (mesorregiões, microrregiões, municípios etc.) em que estão instalados os *campi* dos institutos federais, tais como mapas dos índices de escolaridade, da distribuição de renda etc.

b. Definição das potencialidades/vocações e dos estrangulamentos/problemas regionais

A fase de diagnóstico permite a extração de dados que subsidiam a identificação das potencialidades, vocações e dos estrangulamentos/problemas da região. Nesta se considera as potencialidades, as limitações e as problemáticas regionais para as áreas

³ Por dados primários compreende-se os dados gerados pelo próprio observatório mediante pesquisas de campo e/ou bancos de dados. Por dados secundários compreende-se os dados oriundos de sistematizações e análises realizadas por outros autores e instituições.

econômica, natural, populacional (trabalho e demografia) e infra-estrutura social. O objetivo principal é gerar a percepção de conjunto da região na busca de um desenvolvimento econômico, social e ambiental sustentável.

A título de exemplificação, cada região é formada segundo particularidades geográficas e históricas, isto é o território é apropriado de forma desigual e combinada. Desse modo, sempre haverá disparidades regionais segundo as formas de uso e ocupação dos espaços, pois se torna impossível ao poder público atender todo o território goiano ao mesmo tempo. A metodologia tem em vista concorrer para atenuar as desigualdades locais/regionais mediante transformação do instituto federal em parte integrante da criação de núcleos/polos de irradiação regional ou “células distribuidoras” de desenvolvimento econômico e equidade social.

c. Definição dos objetivos estratégicos

Esta etapa consiste no desenvolvimento de uma árvore de problemas na qual são elencadas causas e efeitos de um “problema” central positivo (potencialidade/vocação) ou negativo (estrangulamento/problemas) que será objeto de intervenção. Deve-se focar o “problema” em si, evitando apontar a falta de infra-estruturas ou algum serviço ou uma solução para o “problema”, e não o “problema” em si.

Após a montagem da árvore de causas e efeitos, é elaborada uma árvore de meios e fins, que se baseia na inversão de condições positivas, gerando uma segunda lógica, muito diferente e complementar à primeira. Da árvore de meios e fins também podem ser extraídos dados para a tomada de decisão das atividades que devem ser priorizadas visando ao desenvolvimento regional e à resolução da problemática ou do conflito abordado. Tais iniciativas podem ser retratadas por meio dos quadros preliminares abaixo.

Quadro 1

OBJETIVOS	METODOLOGIA	RESULTADOS ESPERADOS

Quadro 2

DIAGNÓSTICO	PROGNÓSTICO
1ª ETAPA	2ª ETAPA

d. Definição da estratégia de desenvolvimento local

A etapa de definição da estratégia de atuação da instituição no desenvolvimento regional/local se dá após o conhecimento dos objetivos e visa o estabelecimento de medidas que incidam sobre os fatores geradores dos “problemas”. Nesta etapa, e seguindo o que foi realizado previamente, montar-se-á uma matriz de fortalezas, oportunidades, fraquezas e ameaças. Assim, será montada uma matriz de objetivos e estratégias de atuação da instituição no desenvolvimento regional/local, no qual para cada objetivo específico serão elencadas diversas ações possíveis. Dessa forma visa: aproveitar as oportunidades e as fortalezas, superar as fraquezas e as debilidades, e buscar a neutralização das ameaças.

Procurar-se-á que os institutos federais, a partir dos *campi* instalados, assumam um papel estratégico criando projetos de desenvolvimento urbano-regional com a oferta de cursos indicados pelo Observatório do Mundo do Trabalho e da EPT, bem como a condução de pesquisa e de extensão que traduzam necessidades locais/regionais.

e. A elaboração de projetos e planos de intervenção

Os projetos de intervenção⁴ são compostos por planos que, por sua vez, descrevem os componentes dos projetos propostos e se ajustam a uma estratégia de desenvolvimento regional/local. Do conjunto de informações geradas na consulta à sociedade e no trabalho técnico, são identificados os processos internos e externos que emperram ou dificultam o desenvolvimento em cada ‘território’ em que se inserem os Institutos Federais.

⁴ A elaboração de planos e projetos de intervenção pode ser subsidiada por meio de recursos oriundos de investimentos público-privado em parceria com programas e instituições, a exemplo do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO).

4.3. Fontes de Pesquisa

4.3.1. Pesquisa em Documentos Institucionais

A primeira etapa do Projeto de Estudo/Pesquisa para a Inserção dos Institutos Federais no Desenvolvimento Regional/Local observará os parâmetros determinados pelos seguintes documentos institucionais: I e II Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica; Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, que estabelece, dentre outros, os objetivos e atribuições dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; Estatutos dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais e Universidade Tecnológica Federal; Grupo de Trabalho Permanente Para Arranjos Produtivos Locais (GTP APL); Projeto Sintonia; Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia e parâmetros legais que balizam a oferta de cursos de formação inicial continuada, cursos técnicos (EJA, integrado e sequencial) e cursos superiores (tecnológicos, bacharelados e licenciatura).

4.3.2. Pesquisa em Banco de Dados

A segunda etapa consiste em levantamento de dados dos Municípios e suas regiões de influência nos quais a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica se faz presente (por meio das instituições estabelecidas ou em processo de implantação) ou que se farão presentes (por meio das instituições a serem implantadas). Esse levantamento de dados poderá ser estendido para outros níveis de territorialidades, em especial para a microrregião e para a mesorregião.

O levantamento de dados será realizado por meio dos bancos de dados das Secretarias de Planejamento dos Governos Estaduais em que se insere o *Campus* e a unidade de ensino, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, do Ministério da Educação - MEC (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP), do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE (Relação Anual de Informações Sociais - RAIS), do Ministério da Integração Nacional e de organizações não-governamentais, abordando aspectos de caráter natural, demográfico, econômico e sócio-cultural que se constituem em indicadores que subsidiem intervenções na perspectiva do desenvolvimento regional/local.

4.3.3. Condução de Observações de Campo

Condução de pesquisa de campo mediante a observação dos fenômenos econômicos, sociais e ambientais em curso.

4.3.4. Condução de Entrevistas e Aplicação de Questionários

Condução de entrevistas junto a gestores públicos, especialistas e representantes de organizações não-governamentais e aplicação de questionários a empresários, trabalhadores etc.

5. Estruturação do Planejamento de Inserção dos Institutos Federais no Desenvolvimento Regional/Local⁵

5.1. Características Geográficas e o Processo Histórico da Região e da Unidade da Federação

5.1.1. Região e Unidade da Federação e seus Ecossistemas

Caracterização dos ecossistemas da região e da unidade da federação e mapa(s) que possa(m) retratá-los.

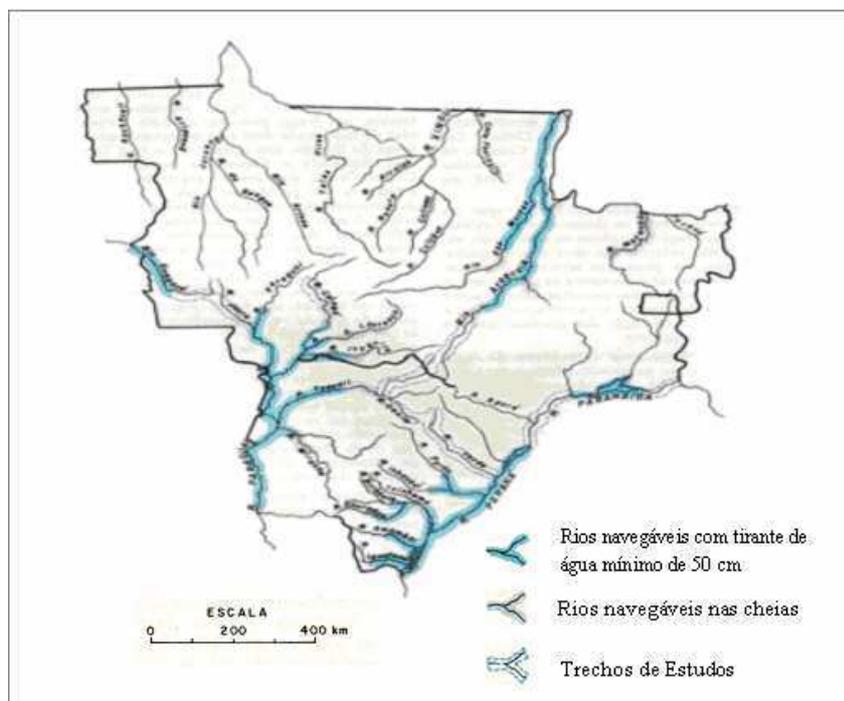
FIGURA Mapa 2 – Biomas do Brasil



Fonte: IBAMA

⁵ Os levantamentos, com as conseqüentes identificações e descrições dos aspectos abaixo apresentados serão realizados, em princípio, em termos de região e de unidade da federação, mas sempre que os contextos em que se inserem os institutos federais demandar poderá ser estendido para os outros níveis de territorialidade, como municípios e suas regiões de influência, microrregiões e mesorregiões.

FIGURA Mapa 3 - Região Centro-Oeste - Rede Hidrográfica



Fonte: IBGE – Geografia do Brasil

5.1.2. Dados Históricos da Região e da Unidade da Federação

5.1.2.1. A Região

Uma breve reconstituição da trajetória histórica da região do país.

5.1.2.2. A Unidade da Federação

Uma breve reconstituição da trajetória histórica da unidade da federação.

5.2. Aspectos Dinâmicos da Atual Economia⁶ da Região e da Unidade da Federação

Breve descrição dos aspectos dinâmicos da atual realidade econômica da região e da unidade da federação.

⁶ As indicações dos itens 5.2.1 e 5.2.2 tem o objetivo de exemplificar.

5.2.1. Agroindústria

Breve descrição dos aspectos dinâmicos da atual realidade econômica da atividade agroindustrial.

Demonstração de aspectos por meio de mapas, tabelas e gráficos.

5.2.2. Mineração

Breve descrição dos aspectos dinâmicos da atual realidade econômica da atividade de mineração.

Demonstração de aspectos por meio de mapas, tabelas e gráficos.

Segue abaixo a descrição e identificação dos demais aspectos dinâmicos da atual economia da região e da unidade da federação.

5.3. Caracterização Panorâmica da Unidade da Federação por Mesorregiões

5.3.1. Aspectos Regionais

Breve descrição das mesorregiões e das suas respectivas microrregiões.

Figura retratando a divisão territorial da unidade da federação.

5.3. 2. Aspectos Demográficos

Breve descrição da distribuição demográfica da população por mesorregião.

Tabela retratando a realidade demográfica das mesorregiões.

5.3.3. Aspectos Sociais

Breve descrição de aspectos sociais presentes nas mesorregiões.

Tabela retratando a realidade educacional geral da unidade da federação e por mesorregião.

Figura retratando a distribuição das instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica com os seus respectivos *campi*, na unidade da federação em que se encontram estabelecidas, bem como das outras instituições que se encontram em outras unidades da federação, mas que compartilham influências nos limites de fronteiras.

5.3.4. Aspectos Econômicos

5.3.4.1. Levantamento dos aglomerados econômicos

Levantamento dos aglomerados econômicos, identificando a presença dos mesmos em termos das microrregiões e das mesorregiões.

Retratando dos referidos aglomerados por meio do quadro abaixo.

Unidade da Federação Mesorregiões: Aglomerações produtivas e suas respectivas atividades (2009)

Aglomeração	Atividades produtivas	Principais micro e mesorregiões de localização
Agroindústria		
Indústrias de Base Mineral		
Outros Segmentos Industriais		
Setor de Serviços		

Fonte:

5.3.4.2. Evolução do Emprego nos Grandes Setores de Atividade Econômica nas Mesorregiões da Unidade da Federação

Breve descrição da evolução do emprego nos grandes setores de atividade econômica nas mesorregiões.

Gráfico e tabela retratando o número de trabalhadores e a estrutura setorial do

emprego formal nos setores de atividade econômica nas mesorregiões.

5.3.4.3. Grau de Escolaridade dos Trabalhadores Sob Contrato Formal de Trabalho nas Mesorregiões da Unidade da Federação

Breve descrição da evolução do grau de escolaridade nos grandes setores de atividade econômica nas mesorregiões.

Gráficos e tabelas retratando o número de trabalhadores por escolaridade e o número de trabalhadores por grau de instrução do pessoal ocupado no setor formal, segundo as mesorregiões da unidade da federação.

5.3.4.4. Faixa Salarial dos Trabalhadores Sob Contrato Formal de Trabalho, nas Mesorregiões da Unidade da Federação

Breve descrição da evolução das faixas salariais dos trabalhadores sob contrato formal de trabalho nas mesorregiões.

Gráfico e tabela retratando as faixas salariais dos trabalhadores por mesorregiões.

5.4. Potencialidades/Vocações e Estrangulamentos/Problemas da Região e da Unidade da Federação

Identificação das potencialidades/vocações e dos estrangulamentos/problemas presentes nos planos local, municipal, microrregional e/ou mesorregional, frente aos quais se buscará atuar.

5.4.1. As Principais Potencialidades/Vocações⁷

Identificação das principais potencialidades/vocações que expressam as características internas da região e da unidade da federação e que permitam um desenvolvimento econômico sustentável, preservação ambiental e inclusão social. Segue abaixo a identificação das potencialidades/vocações da região e da unidade da federação.

⁷ As indicações dos itens 5.4.1.1 e 5.4.1.2 têm o objetivo de exemplificar.

5.4.1.1. Recursos Naturais e Biodiversidade

Descrição e identificação das potencialidades/vocações em termos de recursos naturais e de biodiversidade.

5.4.1.2. Recursos Hídricos

Descrição e identificação das potencialidades/vocações em termos de recursos hídricos.

Segue abaixo a descrição e identificação das demais potencialidades/vocações da região e da unidade da federação.

5.4.2. Os Principais Estrangulamentos/Problemas Centrais⁸

Identificação dos principais estrangulamentos/problemas e que se destacam como limitadores das potencialidades/vocações da região e da unidade da federação na perspectiva do desenvolvimento econômico sustentável, da preservação ambiental e da inclusão social. Segue abaixo a identificação dos principais estrangulamentos/problemas da região e da unidade da federação.

5.4.2.1. Vulnerabilidade da Economia

Descrição e identificação dos estrangulamentos/problemas que concorrem para a vulnerabilidade da economia.

5.4.2.2. Limitado Resultado Social do Dinamismo da Economia

Descrição e identificação dos estrangulamentos/problemas que concorrem para os limitados resultados sociais do dinamismo econômico.

5.4.2.3. Deficiência na Qualificação da Mão-de-obra

Descrição e identificação dos estrangulamentos/problemas que concorrem para os limitados resultados em termos de qualificação da mão-de-obra.

⁸ As indicações dos itens 5.4.2.1, 5.4.2.2, 5.4.2.3, 5.4.2.4, 5.4.2.5 e 5.4.2.6 têm o objetivo de exemplificar.

5.4.2.4. Degradação dos Ecossistemas

Identificação e descrição dos estrangulamentos/problemas que concorrem para a degradação dos ecossistemas.

5.4.2.5. Baixa Diversificação Produtiva e Adensamento das Cadeias Produtivas

Identificação e descrição dos estrangulamentos/problemas que concorrem para a baixa diversificação produtiva e adensamento das cadeias produtivas.

5.4.2.6. Desigualdade Sócio-Econômica Intra-Regional

Identificação e descrição dos estrangulamentos/problemas que concorrem para a desigualdade socioeconômica intra-regional.

Segue abaixo a Identificação e descrição dos demais estrangulamentos/problemas da região e da unidade da federação.

5.5. Identificação das Oportunidades e das Ameaças em Relação ao Desenvolvimento da Região e da Unidade da Federação

5.5.1. Oportunidades⁹

Identificação e descrição das condições futuras favoráveis ao desenvolvimento sustentável da região/localidade, em função de fatores internos e externos a estas territorialidades.

5.5.1.1. Integração físico-territorial e logística da região

Identificação e descrição dos projetos de infraestrutura de transporte e comunicação em curso e seus impactos econômicos e sociais positivos.

Se possível, realizar a elaboração de figuras de representação dos projetos acima referidos.

5.5.1.2. Expansão regional, nacional e internacional de alimentos

Identificação e descrição da expansão da demanda de alimentos e das vantagens comparativas que a região/localidade apresenta.

⁹ As indicações dos itens 5.5.1.1 e 5.5.1.2 têm o objetivo de exemplificar.

Se possível, realizar a elaboração de gráficos e tabelas que expressem estas vantagens comparativas.

Segue abaixo a identificação e descrição das demais oportunidades presentes na região e na unidade da federação.

5.5.2. Ameaças¹⁰

Identificação e descrição dos processos desfavoráveis que no futuro podem comprometer o desenvolvimento sustentável da região/localidade, em função de aspectos internos e externos a estas territorialidades.

5.5.2.1. Ineficácia do controle e gestão ambiental

Identificação e descrição dos processos e fatores que comprometem a eficácia do controle e gestão ambiental na região/localidade.

Se possível, realizar a incorporação de imagens que evidenciem os processo e fatores acima referidos.

5.5.2.2. Avanço atividade “econômica monocultora”

Identificação e descrição da expansão de atividade econômica cujo predomínio impõe uma característica “monocultora”, com grandes e graves danos sociais, econômicos e ambientais.

Se possível, apresentar gráficos e tabelas que expressem estas dinâmicas expansivas.

Segue abaixo a identificação e descrição das demais ameaças presentes na região e na unidade da federação.

¹⁰ As indicações dos itens 5.5.2.1 e 5.5.2.2 têm o objetivo de exemplificar.

5.6. Levantamento dos Programas/Projetos e suas Respectivas Fontes de Financiamentos¹¹

Realizar o levantamento dos programas/projetos federais, estaduais e municipais voltados para o desenvolvimento econômico, social e ambiental sustentável, nos planos regional, estadual e municipal, bem como dos fundos e das instituições que os financiam.

¹¹ As políticas de Estado voltadas para o desenvolvimento regional estruturam-se com base em eixos estratégicos de desenvolvimento que podem ser educacionais, ambientais, infraestruturais, cadeias produtivas, entre outros. Estes eixos de desenvolvimento são desagregados e operacionalizados por meio de um conjunto de programas e projetos governamentais. A estratégia de desenvolvimento e os seus programas e projetos são distribuídos em diversas dimensões territoriais, tendo em vista reverter estrangulamentos/problemas e otimizar potencialidades/vocações. As instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica podem e devem se articular aos mesmos a partir de iniciativas como a adequada oferta de modalidades de ensino e de cursos, o desenvolvimento de pesquisa e inovação e a atuação em arranjos (produtivos, sociais e culturais) locais.

6. Instituto Federal e Planejamento Estratégico para a Inserção no Desenvolvimento Regional/Local no Município e sua Região de Influência

6.1. Caracterização do Município e da sua Região de Influência

Breve caracterização do município e da sua região de influência¹².

6.1.1. Aspectos Naturais

Breve caracterização dos aspectos naturais do município e da sua região de influência.

6.1.2. Aspectos Demográficos

Descrição dos aspectos demográficos do município e da sua região de influência.

Gráficos e tabelas retratando a evolução dos aspectos demográficos do município e da sua região de influência imediata.

6.1.3. Aspectos Econômicos

Descrição dos aspectos econômicos do município e da sua região de influência.

Gráficos e tabelas retratando o número e de estabelecimentos e de trabalhadores, dos grandes setores, setores e subsetores de atividade econômica.

6.1.4. Aspectos Sócio-Culturais

6.1.4.1. Aspectos Educacionais

Descrição dos aspectos educacionais do município e da sua região de influência.

Identificação das instituições de ensino e as modalidades e os cursos que ofertam, bem como os números dos estudantes matriculados nos mesmos.

¹² A definição da amplitude da região de influência do município deve corresponder ao contexto específico de cada município e de cada instituto federal, em especial dos seus *campi*. Salienta-se a importância de se considerar elementos como a exequibilidade da efetiva intervenção da instituição no desenvolvimento local e a existência de outros *campi* da própria instituição e/ou de outros institutos federais compartilhando influência sobre territorialidades que, segundo a definição da amplitude da região de influência, podem se tornar comuns.

Gráficos e tabelas retratando a distribuição dos estudantes em termos dos níveis de educação, das modalidades e dos cursos.

6.1.4.2. Aspectos Sociais

Descrição dos aspectos sociais do município e da sua região de influência imediata em termos dos níveis de IDH, renda etc.

Gráficos e tabelas retratando os níveis e aspectos da vida social retratados.

6.2. Identificação da Matriz de Potencialidades, Limitações e Problemas

Exposição das potencialidades/vocações e dos estrangulamentos/problemas na matriz de potencialidades, de limitações e de problemas do município e da sua região de influência.

POTENCIALIDADES/ VOCAÇÕES	LIMITAÇÕES	ESTRANGULAMENTO/ PROBLEMAS

6.3. Identificação de Problemas Centrais

Exposição das potencialidades/vocações e dos estrangulamentos/problemas na matriz de potencialidades, de limitações e de problemas do município e da sua região de influência.

CARACTERIZAÇÃO DO (S) PROBLEMA (S)	FORMAS DE MANIFESTAÇÃO	PROPORÇÕES DE MANIFESTAÇÃO

6.4. Identificação dos Objetivos Centrais da Instituição

Exposição dos objetivos da instituição no município e na sua região de influência por meio da matriz de exposição dos objetivos centrais.

CARACTERIZAÇÃO DO (S) OBJETIVO (S) CENTRAL (IS)	NÚCLEO (S) CENTRAL (IS)	MANIFESTAÇÕES ESPECÍFICAS

6.5. Estabelecimento de Estratégias, Ações, Instituições e Atores Sociais Envolvidos

Exposição de estratégias, de ações previstas, de instituições e atores sociais envolvidos e do período de implementação das ações que o instituto federal implementará no município e na sua região de influência.

Nesse contexto, sugerem-se como estratégias e meios para a sua consecução:

ESTRATÉGIA	AÇÕES	OUTRAS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS	ATORES ENVOLVIDOS	PERÍODO DE REALIZAÇÃO

6.6. Conclusão: Desafios e Encaminhamentos¹³

Em face do diagnóstico, da matriz de potencialidades, limitações e problemas, dos objetivos e das estratégias para a resolução dos principais entraves do Município e da sua região de influência, tendo em vista o desenvolvimento regional/local, são apontadas as seguintes ações:

1. Definição de Plano de inserção – Agenda de atuação institucional no Desenvolvimento Regional/Local;
2. Programação de atividades;

Segue a identificação das demais ações estratégicas para a inserção do instituto federal no desenvolvimento regional/local.

¹³ As indicações 1 e 3 têm o objetivo de exemplificar.

7. Fontes de Pesquisa

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. **Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais – GTP APL**. Brasília, novembro de 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**. Brasília, novembro de 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia**. Brasília, novembro de 2007.

AMORETTI, Juliana et. al. **Arranjos Produtivos Culturais e Sociais Locais e a Educação Profissional e Tecnológica**. In: I Jornada Nacional de Produção Científica em Educação Profissional e Tecnológica. Março de 2006.

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS. Secretaria do Planejamento do Estado de Goiás. **Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação (SEPIN)**. Novembro de 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. **IDEB 2005 e Projeções para a Rede Estadual de Goiás**. Novembro de 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. DPAl. **Projeto Sintonia**. Agosto de 2006.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Proposta de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. **Notícias da Rede – Informativo das Escolas da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília – outubro de 2007 – Ano II – Numero 2. www.mec.gov.br/setec.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Secretaria do Desenvolvimento do Centro-Oeste. **Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste (2007-2020)**. Brasília: Editora Multivisão, 2007.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional. **Curso internacional de gestão estratégica do desenvolvimento regional e local**. Brasília: Cartaz Projeto Gráfico e Editora, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. www.ibge.gov.br.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências.

BIRKNER, Walter Marcos Knaesel. **Desenvolvimento regional e descentralização político-administrativa: um estudo comparativo dos casos de Minas Gerais, Ceará e Santa Catarina**. Rev. Sociol. Polit. [online]. 2008, vol.16, n.30, pp. 297-311. Disponível em www.scielo.org.

LISBOA, Armando. **A ocidentalização do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1994. In: Textos de Economia, 1993.

BIRKNER, Walter Marcos Knaesel. **Desenvolvimento regional e descentralização político-administrativa: um estudo comparativo dos casos de Minas Gerais, Ceará e Santa Catarina**. Rev. Sociol. Polit. [online]. 2008, vol.16, n.30, pp. 297-311.

OLIVEIRA, M. **A contribuição de um aeroporto industrial para o desenvolvimento tecnológico local. Estudo de caso: setor eletrônico da RMC**. 2004. Dissertação (Mestrado) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, UTFPR, Brasil.